

(Des) territorialização e Conflitos Sociais na Luta por Espaço em Roraima

France Rodrigues*

A valorização dos recursos naturais, dentre eles os minerais, representou para Roraima, principalmente a partir dos anos 80, um acelerado processo de valorização da terra roraimense. Este processo vem aprofundando-se à medida que Roraima tem se configurado como a mais recente alternativa dentro da fronteira amazônica, ou seja, como um estado ainda com baixa densidade demográfica e recursos naturais quase inexplorados. As disputas entre grupos de pessoas para exercer o domínio sobre o lugar não são recentes.

Em Roraima, o que há de novo neste processo de valorização do espaço e acirramento dos conflitos é o grau e a forma como os grupos sociais vêm se articulando e se confrontando. Esse processo de articulação dos grupos sociais ocorre entre garimpeiros e fazendeiros, garimpeiros e empresários, índios e igrejas, índios e organismos internacionais. Isto porque a expansão do território, associado à idéia de domínio e gestão de uma determinada área, promove uma ampliação da territorialidade de alguns grupos, ao mesmo tempo que provoca a desterritorialidade de outros grupos sociais. O que acontece é que o fato de um determinado grupo social ter o domínio sobre um lugar, torna impossível o domínio sobre o mesmo lugar por outros grupos. É preciso considerar aqui também todos os jogos, negociações e lutas pelo domínio sobre um determinado espaço (BECKER, 1992).

Alguns grupos ou atores sociais, militares, índios, missionários, estiveram presentes no contexto sócio-político de Roraima desde o período colonial enquanto outros, fazendeiros/pecuaristas, garimpeiros, empresários e parlamentares não tão recentemente, emergiram no início do século e outros, organizações não-governamentais surgiram nos últimos anos. Todos esses atores vêm lutando para conquistar e garantir espaços no cenário roraimense. Tais lutas expressam-se neste processo de territorialização e desterritorialização de determinados grupos sociais.

Neste sentido, para tentar compreender esse processo de luta e a própria realidade de Roraima, é necessário colocar como central a análise da atividade de mineração, ou seja, a garimpagem como um fenômeno social. Ao mesmo tempo é necessário abordar o processo da formação e participação dos grupos sociais na conquista, defesa e disputa pelo espaço. Esta luta pela dominação do espaço físico é a luta para garantir poder e controle sobre um determinado território e,

* Ms. em Planejamento e Desenvolvimento pelo NAEA/UFPA. Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFRR.

consequentemente, poder impor uma determinada lógica de apropriação e utilização dos recursos naturais.

Militares, missionário e índios: cenário do fim do século XIX

A presença efetiva dos militares, verificou-se a partir da construção do Forte São Joaquim, em 1775, na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, vias de acesso às bacias do rio Orinoco (Venezuela) e Essequibo (República da Guiana) então territórios dos espanhóis e holandeses. O objetivo era garantir a posse do território através da ocupação e colonização utilizando-se da construção de fortes e do aldeamento indígenas. Depois, a partir do fim do século XVIII, a estratégia passou a ser a colonização através da pecuária.

Esta primeira fase de ocupação, cuja estratégia era a formação de aldeamentos indígenas para formação de uma espécie de “barreira humana” contra as invasões ao vale amazônico, foi entremeada de revolta e resistência por parte dos índios (FARAGE: 1991). Ocorreram grandes levantes dos índios aldeados em 1780, 1781 e 1790, esta última conhecida como a revolta da “Praia do Sangue”. Estes fatos determinaram a mudança de estratégia de ocupação.

Militares, missionário, índios, fazendeiros e garimpeiros: cenário do início do século XX

No início do século XX, os militares já dividiam a atividade de pecuária com os fazendeiros, alguns deles ex-militares, que estabeleciam os seus domínios e a ocupação das terras através da quantidade de boi que fossem capazes de controlar. Efetivaram sua ocupação expandindo suas terras, principalmente para o vale Tacutu, ao nordeste do estado e região onde residia a maior parte da população macuxi, hoje conhecida como região da Raposa/Serra do Sol.

No início deste século, os padres beneditinos² já haviam estabelecido sua Missão e iniciado o processo de catequização dos índios. Iniciaram também críticas aos métodos utilizados para os aldeamentos e ao sistema de controle e utilização da mão-de-obra indígena nas fazendas. Essas críticas desencadearam, num primeiro momento, conflitos com as autoridades civis, principalmente aquelas ligadas à maçonaria, lideradas por Bento Brasil, um dos maiores fazendeiros da região, cuja família seria uma das primeiras a investir na atividade de mineração (SANTILLI; 1994).

² Até 1780, existiam apenas dois missionários no vale do rio Branco. Um missionário carmelita residente no Forte e outro pároco capuchinho no aldeamento. A partir do final do século XIX, a Ordem de São Bento passou a atuar no rio Branco, pautando-se pela ênfase na educação como estratégia de catequização.

O processo de cooptação dos índios para a formação de mão-de-obra deu-se através das relações de compadrio³, adoção de crianças ou do casamento com índias por parte dos civis, principalmente, alguns fazendeiros, ou ainda, pelo processo de concessão de títulos honoríficos às lideranças indígenas, por parte do Estado. Estes processos possibilitavam a dissolução das diferenças sociais através de um certo controle, minimizando assim, aparentemente, os conflitos.

No início deste século, surgiu a atividade de mineração iniciada por um paraibano que se casou com índia macuxi. Somente a partir da descoberta do garimpo de Tepequém em 1937, é que foi ocorrer o primeiro fluxo migratório proporcionado por este tipo de atividade. Foi durante a década de 50, que ocorreu o primeiro conflito entre garimpeiros e empresa de mineração. A Empresa de Mineração Tepequém Ltda. foi fundada em 1948, pelo Sr. Adolpho Brasil e Leontino de Oliveira, vendida em 1952, a uma firma belga. Os constantes castigos e violências impostos aos garimpeiros que se recusavam a vender para a empresa o produto da atividade de mineração, culminou, em 1956, com a revolta de alguns garimpeiros e o assassinato do filho do dono da empresa, que fugiu em seguida deixando muitas dívidas.

Em meados deste século, a presença dos militares em Roraima foi mais uma vez ratificada através da criação do Território Federal do Rio Branco e a nomeação de militares para o governo. No final da década de 80, a presença militar foi intensificada pela implementação do Projeto Calha Norte que tinha entre seus objetivos a resolução dos conflitos em áreas indígenas.

A década de 60 e a militarização de Roraima: a ideologia do “espaço vazio”.

A idéia da Amazônia enquanto região inabitada vem desde a conquista e a ocupação pelos portugueses. Esteve presente no início da República e ganhou ênfase a partir da segunda metade deste século, principalmente no regime militar sob a égide da “Doutrina de Segurança Nacional”, que trazia intrínseca uma forte identidade entre povoamento, segurança e desenvolvimento. A primeira grande empreitada, nos anos 30, foi a “Batalha da Borracha”, cujos “soldados da borracha” eram nordestinos. Depois veio a “Marcha para o Oeste”.

A partir de meados dos anos 60, essa concepção da Amazônia enquanto “vazio” ganhou destaque e tornou-se parte preponderante em todos os projetos para a

³ A relação de compadrio se configurava como uma relação de aproximação entre indivíduos sem relações genealógicas. A relação de compadrio estabelecia uma relação de lealdade e ajuda mútua. As maiores expectativas por parte dos índios eram a possibilidade do compadre, geralmente fazendeiro, resolver alguns casos de pendência acarretadas principalmente pela invasão das roças indígena pelo gado de outros fazendeiros. Por parte do fazendeiro, as expectativas de ajuda relacionavam-se à possibilidade de requisitar mão-de-obra sem remuneração (SANTILLI;1994:57).

Amazônia. Isto fazia parte da concepção de geopolítica adotada pelo General. Golbery de Couto e Silva, e que prevaleceu durante os governos militares. A compreensão dos militares sobre o papel da Amazônia na viabilização do "Brasil Grande Potência" passava pela integração geográfica e econômica desta região ao restante do País e ao mundo. (COELHO;1996).

O projeto de modernização do Brasil, no qual a Amazônia estava inserida, principalmente a partir do Golpe Militar de 1964, concebia como estratégia a ocupação da Amazônia, em tempo recorde, apoiada na imposição de malhas de duplo controle: técnico e político (BECKER;1992:101). Todos os planos elaborados para a Amazônia traziam explícitos esta questão da ocupação como problema a ser superado. Isto é, tratava-se de uma área em que predominava o "espaço vazio" ou "espaço desocupado", que precisava ser ocupado ou integrado ao país ou à civilização. O mito do "espaço vazio" refletia a forma como os governos viam as elites e as populações locais da região, isto é, como obstáculos as suas concepções de desenvolvimento.

Na verdade, a noção de espaço vazio, notadamente para os governos militares, significava espaço improdutivo. Neste sentido, esta noção de "vazio" "configura-se como um conceito que é muito mais econômico que demográfico" (VAINER;1992:42).

Nos governos militares, a população apresentava-se como um elemento fundamental na formação de uma base produtiva na constituição do poder nacional. Nesta perspectiva, as populações indígenas, os ribeirinhos, os seringueiros, os coletadores, enfim, os denominados "povos da floresta", pouco representavam uma vez que não podiam ser convertidos em força de trabalho pelos protagonistas do novo modo de produção, que se pretendia estimular na Amazônia, com vista a sua inserção no novo contexto de acumulação capitalista mundial.

O mito de "espaço vazio" também refletiu-se nos discursos de governantes e políticos em Roraima, no passado e no presente. O deputado pelo ex-Território, Sr. Antônio Martins, em 1947, pronunciara-se na Câmara dos Deputados a esse respeito:

"Se já nos é juridicamente reconhecida a posse da área rio branquense agora territorializado, resta-nos somente **ocupá-la** em definitivo, impregná-la de uma consciência de brasilidade e procurar a **utilização de seu abundante espaço**, através de uma séria política de governo colonial e desenvolvimento econômico, pela utilização de suas indiscutíveis possibilidades econômicas" (grifo meu) (DIÁRIO DO CONGRESSO, In: GUERRA;1957:2).

O governador do Território do Rio Branco, no período de 1947-48, assim se expressava sobre a necessidade de resolver o problema da "escassez" populacional:

"Trata-se, não somente de **aumentar a população do território** como, sobretudo de eliminar os obstáculos de uma **rarefação demográfica (grifo meu)** nociva ao progresso regional.

Não se deve esquecer que o aproveitamento e a dinamização dos recursos naturais da extensa Guiana Brasileira resultarão em apreciáveis vantagens para toda a Amazônia, e, em consequência - para o Brasil - mas, dependem, fundamentalmente, da execução preliminar de uma série de medidas importantes no setor da política da população" (VALE DO RIO BRANCO, In: GUERRA;1957:13).

O plano de instalação do estado de Roraima, elaborado por uma comissão nomeada pelo primeiro governador eleito, Ottomar de Souza Pinto, referia-se "à pequena base populacional":

"Decididamente, a população roraimense incorpora fatores endógenos que obstaculam[sic] a demarragem imediata de um processo de desenvolvimento auto-sustentado, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de **vista cultural tecnológico**. Com base **populacional tão pequena**, o que exigiria mão-de-obra e quadros gerenciais com especializações escassas por aqui. Assim, **a geração de [populações] excedentes** com vistas ao crescimento econômico requer necessariamente a **expansão quantitativa e melhoria qualitativa da nossa população (grifo meu)** (SEPLAN; 1990:18).

Além dos discursos de que a "pequena base populacional" e a "rarefação demográfica" eram impedimentos para um certo tipo de desenvolvimento, desenvolvia-se um outro discurso, o da necessidade de "ocupar o extenso e abundante espaço". Não se consideravam os índios e nem a população não indígena que habitavam essa região. Deixavam transparecer um discurso eivado de preconceito em relação à capacidade "cultural-tecnológica" destas populações.

Quanto à política de integração através dos projetos de colonização em Roraima, sua implantação aconteceu mais tardiamente do que em outros estados e, conseqüentemente, seus reflexos também. Aos projetos de colonização do Governo Federal vieram somar-se os projetos de colonização e assentamento do governo estadual. Estes projetos se propunham a absorver os migrantes que acorreram para Roraima, pela facilidade de aquisição de terra e pelos garimpos que se constituíam, na verdade, no grande atrativo para este fluxo migratório. A atividade de mineração em Roraima funcionava também como um atrativo, contribuindo assim, para a diminuição do vazio demográfico. Neste sentido, o garimpo obteve mais sucesso, principalmente na década de 80, do que as estratégias governamentais anteriores.

Ao lado do mito do "vazio demográfico," outros mitos sedimentavam-se tais como os mitos de "terra abundante" e, conseqüentemente, o mito da "terra de oportunidades", da possibilidade do "enriquecimento fácil". Em um primeiro momento, as áreas de fronteiras se configuram como espaços de ascensão e mobilidade social. A fronteira é o espaço por excelência, de construção de uma nova realidade, de

uma nova maneira de viver. Portanto, a Amazônia viveu e ainda vive uma fase deste processo de expansão da fronteira. A primeira fase ocorreu na década de 40 e deu-se de forma a favorecer um processo de acumulação primitiva, através do crescimento do setor agrícola com baixos investimentos e mão-de-obra a baixo custo (BECKER;1982:128). A segunda fase iniciou-se a partir da década de 60 e principalmente 70, quando a Amazônica tornou-se fronteira de investimentos para a grande empresa, inclusive internacional. Este processo acarretou a valorização da terra e a intensificação da mobilidade regional entre outras coisas. Todavia, para muitos, a fronteira não mais configurava-se como “terra de oportunidade”. Trata-se, especificamente de uma terra de oportunidade para quem dispõe de capital ou tem acesso facilitado a ele. É nesta perspectiva que Roraima configura-se ainda como novo “locus” de expansão da fronteira.

O perigo mora ao lado?: a internacionalização de Roraima e os índios

As tentativas de inserção da Amazônia na economia mundial fazem parte do processo de “internacionalização da Amazônia”, através da apropriação e exploração de seus recursos naturais por outros países, remonta à ocupação e colonização, ainda no século XVI⁴.

Mas a aceleração do processo de “internacionalização da Amazônia” está diretamente relacionado ao movimento de globalização⁵ do capitalismo, principalmente, a partir da II Guerra Mundial. Este processo de globalização conduziu a uma nova divisão internacional do trabalho, que requereu uma redefinição da participação dos países periféricos enquanto fornecedores de matéria-prima e de recursos naturais considerados estratégicos como os minerais.

A estratégia para inserir os países latino-americanos na nova divisão internacional do trabalho iniciou-se ainda na década de 40, com a instalação de siderurgias modernas no Brasil, Chile e Colômbia com financiamento norte-americano. Na Amazônia o reflexo deste novo contexto foi a concessão, em 1947, das jazidas de manganês do Amapá à Bethlem Steel Co-USA através da sócia majoritária, Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) até o ano 2003 (OLIVEIRA;1991:16).

⁴ A concepção de internacionalização decorre da compreensão do processo de mundialização da economia. O processo de internacionalização ou mundialização da economia teve início no século XVI, com a crescimento do comércio através da expansão marítima e, foi consolidada no século XIX.

⁵ O processo de globalização da economia pode ser entendido como o estágio atual do sistema capitalista que sempre foi um sistema mundial (AMIN;1980 In: SANTOS;1994). O processo de globalização está associado à evolução das forças produtivas, principalmente, a partir da II Grande Guerra Mundial, caracterizada por uma revolução científico-técnica. Este processo que se acentua a partir da década de 70, com o surgimento de revolução industrial, comandada pela ciência e suas descobertas nos ramos da informática com aplicações nos mais diversos setores, das comunicações, dos transportes entre outros (SANTOS;1993).

Os governos brasileiros e principalmente os governos militares, favoreceram e até facilitaram este processo de internacionalização. Além dos projetos de desenvolvimento diretamente voltados para a formação de infra-estrutura básica para o capital internacional, fechava-se os olhos para as falcaturas e corrupção endossado por um regime ditatorial. Um dos casos de maior repercussão desta “internacionalização permitida” resultou em 1968, na instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a ação de grandes grupos internacionais, na compra de terras na Amazônia brasileira.

Dentre os diversos casos apontados, no relatório final figurava o caso dos norte-americanos Stanley Amos Selig e Ben Selig, que ficou conhecido como o “caso Selig”. Esses dois americanos através de vários “testas-de-ferro” adquiriram mais de 20 milhões de hectares de terras para fins especulativos, inclusive em Roraima, onde foram compradas 232.914 ha em nome de James Bryan Choate. James Wilmer Crews (rio Tacutu) e João Inácio também compraram terras para os “Selig’s”, embora o relatório não tenha precisado a quantidade total das áreas em questão (OLIVEIRA;1991:42).

Em Roraima, o discurso e a preocupação com “processo de internacionalização” ganharam força na década de 80, fundamentalmente após a descoberta e exploração de ouro em áreas indígenas por garimpeiros. Isto provocou o aumento de pressões, tanto nacional quanto internacionalmente, para a demarcação das áreas indígenas e, conseqüentemente, levando a expulsão dos garimpeiros.

O discurso de “internacionalização de Roraima” foi apropriado, de forma contundente, pelos vários atores sociais, como forma estratégica da defesa de seus interesses. A concepção de internacionalização não assumiu, em Roraima, o entendimento deste processo a partir do predomínio do capital internacional, mas sim, no sentido de uma concepção conspiratória. Há, em quase todos os discursos, uma conotação de defesa da soberania nacional e do temor de uma apropriação das “riquezas nacionais” por “estrangeiros inescrupulosos” ou “falsos missionários”, onde os brasileiros natos estariam excluídos do usufruto de suas riquezas.

Em 1985, Eloisa Machado, esposa do líder empresário de garimpos Sr. José Altino Machado, ao defender a invasão da Serra do Surucucus pelo seu esposo, dizia que:

“não somos irresponsáveis. Se os estrangeiros vão lá e tiram tudo o que querem, porque nós, brasileiros, não podemos fazer o mesmo? (...) Não estamos espalhando guerra, mas **brigamos pelo nosso solo**”[grifo meu] (A CRITICA;16/02/85).

Em pronunciamento na sessão da Câmara de 22 de abril de 1986, o então Deputado Federal Alcides Lima, lançava uma alerta à Nação:

(...) sobre as ações desenvolvidas em nossa região, por grupos e instituições nacionais e estrangeiras, envolvendo os interesses das

comunidades indígenas. É inadmissível que entidades sediadas nos Estados Unidos e em países da Europa venham exercer ingerência em nossos assuntos sob o falso pretexto da primazia na defesa dos índios e, inclusive, apresentando dados distorcidos, manipulados e até mesmo inventados em seus laboratórios de atuação política. Na verdade, a falta de uma política oficial bem definida para a questão do índio no Brasil **propiciou o ingresso em nossas fronteiras dessas instituições estrangeiras, cuja estratégia visa à internacionalização da Amazônia” (grifo meu)** (CÂMARA DOS DEPUTADOS;1986:31).

A campanha contra as igrejas e missões religiosas iniciou-se na década de 80. A medida que essas instituições assumiam a defesa dos índios, pressionavam e exigiam a demarcação das áreas indígenas. Posicionavam-se também contrários à mineração nestas áreas, conforme preconizava o Estatuto do Índio. Em Roraima, essa campanha radicalizou-se com a expulsão de missionários da Igreja Católica, em 24 de agosto de 1987, que atuavam na Missão Catrimani junto aos yanomami. A retirada dos missionários foi autorizada pelo superintendente da FUNAI, depois governador nomeado e, atualmente, senador por Roraima, Sr. Romero Jucá, após denúncias destes mesmos missionários dos conflitos que resultaram no assassinato de quatro yanomami e na morte de um garimpeiro (CONSELHO; 1988:15).

A perspectiva de um movimento conspiratório permaneceu forte e ainda é utilizada de forma contundente nos discursos e ações dos vários atores sociais. O Deputado Avenir Rosas do PDC/RR solicitou a instauração de uma nova CPI sobre a internacionalização da Amazônia, 23 anos depois da primeira. Em seu requerimento ao Presidente da Câmara dos Deputados o referido político justificava sua solicitação no sentido de:

(...) verificar a existência de aeroportos particulares clandestinos, construídos a mando de forasteiros que se dizem missionários e religiosos e que proíbem a respectiva utilização pelos brasileiros, bem como a ação das ditas missões, *religiosas*, que ocupam áreas brasileiras, junto às comunidades indígenas, provocando a internacionalização da Amazônia” (CÂMARA DOS DEPUTADOS;12/03/1991).

Em editorial do dia 13/11/91, o Jornal "O Diário de Roraima", de propriedade do governador Ottomar Pinto, reproduz a mesma preocupação em relação a possibilidade de invasão por estrangeiros dos territórios demarcados no Brasil e na Venezuela para os yanomami:

Sabe-se(...), existir uma preocupação grande com a demarcação das terras da área [yanomami], exatamente em razão da Venezuela se ligar ao pretendido *território* dos ianomamis (sic).

sendo, assim, uma brecha muito grande para o sistema de segurança brasileira. Como os nacionais vão e vêm percorrendo a área, nada impediria [que] o mesmo viesse a ocorrer com os estrangeiros, já aí, observada duas questões: a invasão propriamente dita, mesmo em caráter pacífico e o **saque às riquezas naturais existentes** [grifo da autora]. O problema envolve, assim, dois aspectos distintos: a soberania nacional e a defesa das riquezas nacionais.(...) Quem não estiver **agindo** ou atuando **emocionalmente**, certamente **pressionados pelos diversos movimentos em favor do índio**, há de estudar essa proposta dentro da realidade brasileira, isto é, o **Brasil não pode se expor, não deve se abrir, deixando um flanco à mercê de ações deletérias de estrangeiros inescrupulosos** [grifo meu]" (DIÁRIO DE RORAIMA: 13/11/91).

A impressão que têm esses atores sociais sobre a atuação das missões religiosas, da igreja católica ou de quaisquer organizações não-governamentais que lutam pela preservação de determinados recursos naturais ou pelos direitos territoriais indígenas, é a de ameaça à soberania nacional. Aliás, esse discurso também está presente nos planos do Governo Federal, entre eles, o Calha Norte, implementado durante o governo Sarney.

O temor da "internacionalização" de Roraima resultou na formação de um movimento formado basicamente por empresários, pecuaristas e fazendeiros ligados à União Democrática Ruralista (UDR), parlamentares e garimpeiros (USAGAL), denominado de movimento "*Pela não Internacionalização de Roraima*". Em dezembro de 1990, e janeiro de 1991, o movimento realizou passeatas em Boa Vista atacando e protestando contra a FUNAI e a Diocese de Roraima por "pretenderem transformar o Estado de Roraima numa reserva contínua de terras essencialmente indígenas" (FOLHA DE BOA VISTA: 24/01/91).

No entanto, a internacionalização de Roraima vem ocorrendo desde 1984, via acesso ao subsolo pelas grandes empresas internacionais de mineração tais como a BRGM- Bureau de Recherches Géologiques et Minières, empresa de capital francês, que solicitou permissão para pesquisa através da sua subsidiária Mineração Itajú. A Anglo American Corporation of South África Ltd é associada a outros grupos de mineração internacional como a BRGM e nacional com a Bonzano Simonsen, representada em Roraima pela Mineração Itanhaém Ltda e Mineração Vale do São João S.A. A Brascan (Canadense) e British Petroleum (Reino Unido) Associados estão representadas pela Matapu Mineração Ltda., Mearin Sociedade de Mineração Ltda, Iguape Sociedade de Mineração Agropecuária Ltda. Há ainda a RTZ- Rio Tinto Zinc Corp (Reino Unido) representada através da Empresa de Mineração Galesa Ltda.

Projeto Calha Norte: mineração e índios em Roraima

Em 1985, o governo de transição democrática, com nova roupagem reforça a presença militar na Amazônia através do "*Projeto Desenvolvimento e Segurança na Região Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas - Projeto Calha Norte*". Após tornar-se público em outubro de 87, e receber críticas de diversos segmentos da sociedade o General Bayma Denis, Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional e Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência da República, a defesa do projeto, afirmando que sua elaboração baseou-se na precariedade de ocupação do Brasil na fronteira e da necessidade de resolução dos problemas de segurança dos limites, contrabando, narcotráfico e proximidade de área com a guerrilha (OLIVEIRA; 1990:17).

Dentre os objetivos do PCN, encontram-se quatro questões que foram destacadas como prioritárias:

- a) aumento da presença militar na fronteira;
- b) ampliação das relações bilaterais;
- c) demarcação das fronteiras;
- d) política indigenista apropriada à região.

Oliveira (1990), analisa o Projeto Calha Norte-PCN, ressaltando suas especificidades e diferenças em relação aos outros projetos para a Amazônia. Entre essas especificidades estão: primeiro, o caráter sigiloso do projeto; segundo, a ausência de um foro definido para as tomadas de decisão. Isto diz respeito à dificuldade na interlocução entre planejadores/executores e populações afetadas com as medidas do Calha Norte; e terceiro, o fato de ser um projeto de impacto, ou seja, a maior concentração dos investimentos dar-se-iam- na fase inicial (OLIVEIRA; 1990:18-19).

Vainer (1990), embora concebendo que o PCN sinaliza uma "nova morfologia de intervenção" territorial do estado, segue uma outra linha de análise. Para ele esta nova morfologia não é específica do PCN, e está presente também "no conjunto de planos e projetos, concepções e estratégias que configuram, hoje, e já há algum tempo, os padrões de organização, gestão e controle de território" (VAINER; 1990:44). Ambos os autores convergem para a afirmação do PCN como um projeto de controle "essencialmente militar".

Uma questão que merece destaque no PCN é a análise das alternativas apresentadas para os problemas econômicos da região. Estas propostas estavam embasadas em avaliações anteriores, onde se evidenciava uma postura preconceituosa em relação às populações (indígenas, ribeirinha) e aos migrantes nordestinos, vistos como populações "de baixo nível". Outra concepção presente nestas avaliações era o de "vazio demográfico", ratificando, de certa forma, a exclusão destas populações de quaisquer projetos para a região. Os planejadores do PCN consideravam inviável um desenvolvimento baseado na agricultura.

Ao mesmo tempo que se contrapunham às atividades primárias como rudimentares, os planejadores do PCN indicavam o potencial mineral da região, mas pontuando como um dos fatores limitativos à localização das reservas indígenas. Fica evidenciada, assim, a continuidade da vinculação entre militares e a prospecção mineral, tal como nos projetos anteriores, sendo que o grande obstáculo a ser superado seria a conciliação da exploração mineral e interesses indígenas: "As pesquisas geológicas, realizadas pelo Projeto RADAM, confirmam a existência de consideráveis reservas minerais em diversas áreas da região em estudo. Mas, o grande problema da exploração mineral [principalmente] no Território de Roraima, bem como em outras áreas na Calha dos rios Solimões e Amazonas, reside no fato das regiões cadastradas como mais ricas em jazimentos minerais situarem-se em áreas indígenas, ou presumidamente indígenas, ressaltando-se a região habitada pelos índios Yanomami" (BRASIL; 1985: 7, In: Oliveira; 1990:25).

Principalmente, por esta problemática o PCN se propôs a elaborar uma nova política indigenista, capaz de facultar o empecilho à exploração mineral em áreas indígenas.

A Política indigenista no PCN e suas conseqüências para Roraima

A prioridade das questões indígenas seria dada ao ex-Território e atual estado de Roraima. Esta prioridade refletiu-se na distribuição dos recursos entre as áreas delimitadas no Projeto, em que Roraima recebeu quase 50% de todos os recursos da FUNAI e somente no primeiro ano de execução do Projeto, recebeu 56,5% deste total. Para Oliveira(1992), a "nova política indigenista preconizada pelo PCN era na verdade uma nova postura quanto à delimitação das terras indígenas e ao uso dos seus recursos naturais".

Neste sentido, o governo criou todas as condições para viabilizar a legalização da atividade de mineração em áreas indígenas. Este processo iniciou-se em novembro de 1983 com a assinatura do Decreto nº 88.985 e a regulamentação deste decreto através da portaria nº 01/87 da FUNAI/DNPM, assinada em 18.05.87, permitindo às empresas estatais, e em casos excepcionais, às empresas privadas nacionais, a mineração em terras indígenas. E ainda, o Decreto Presidencial nº 94.945 de 23.09.87 introduziu duas instâncias no processo de definição das áreas indígenas: o Conselho de Segurança Nacional - CSN e os órgãos fundiários locais com poderes para corrigir e retificar as delimitações consideradas "anômalas".

A portaria 160 reduziu em 13% do total a Área Indígena (AI) e criou dentro do Parque Yanomami duas Florestas Nacionais (FLONA) e um Parque Nacional (PN),

num total de 70% da terra indígena. Esta medida feria a Constituição Federal no seu dispositivo que garantia o usufruto exclusivo aos índios sobre os recursos naturais de suas terras (ALBERT, 1992:42).

Em 1987, o território yanomami foi invadido por mais de 40.000 garimpeiros, cujos empresários e lideranças organizaram um “lobby” junto ao Governo Federal, no sentido de reformular a portaria 160. Em resposta, o governo editou a portaria 250 que excluiu, de um lado, quaisquer referências sobre a posse indígena permanente da área total, restringindo sua posse às 19 áreas reportadas na portaria anterior; e de outro, o direito de uso econômico exclusivo dessas unidades pelos índios. Ainda nesta portaria é dada à FUNAI e ao IBAMA poderes para autorizar ou não o desenvolvimento de atividades econômicas não indígenas (ALBERT; 1992:45). Sendo assim, o Governo Federal conseguiu burlar os dispositivos constitucionais que exigiam autorização do Congresso Nacional e dos próprios índios para a decisão de exploração dos recursos naturais nessas áreas.

A vinculação entre prospecção mineral e militares é mais uma vez ratificada não só pelos decretos, exposições de motivos ou relatórios, mas pelas articulações e ações do governo, no sentido de excluir qualquer obstáculo à mineração em áreas indígenas. Desta forma, a questão mineral no PCN é posta como uma estratégia fundamental no “ordenamento territorial da região fronteira” e intimamente ligada à integração regional, sob prisma da Doutrina de Segurança Nacional que permeou todos os projetos para a Amazônia, mesmo em períodos de “transição democrática”.

A questão da mineração e os diversos atores na luta pela conquista ou garantia do território

O projeto de incorporação da Amazônia ao contexto da acumulação geral teve como primordial a “Operação Amazônia” e, mais tarde, o II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND. Todos os projetos editados durante o regime militar refletiam os objetivos de uma “modernização conservadora”, em que inseria a intensificação da exploração dos recursos naturais. Dentre os recursos naturais, os recursos minerais colocavam-se como estratégicos para os países desenvolvidos e, em especial, para os Estados Unidos (LEAL; 1986:293).

A estratégia de abrir acesso aos recursos naturais da região Amazônica aos grupos econômicos nacionais e internacionais exigiu a implementação de algumas medidas. Entre elas estavam o novo Código de Mineração, criado em 1967; a criação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/CPRM em 1969; o Projeto RADAM, em 1970. Para concluir o círculo estratégico, em 1975, o governo lançou o II PND que, entre outras medidas, criava os pólos de desenvolvimento agropecuários e agrominerais, priorizando 15 áreas na região da Amazônia Legal. O Programa de

Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA, tinha a finalidade de “promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agro-industriais, florestais em áreas prioritárias da Amazônia” (Decreto nº 76.607 25/09/74).

O POLAMAZÔNIA/Roraima restringiu-se a algum incentivo para a pecuária, para a mineração resultou apenas a diretriz de realizar estudos nas áreas de ocorrências detectadas pelo RADAM (MINTER; 1976:113). O POLAMAZÔNIA/Roraima foi apenas um projeto, que, na prática, refletiu a pouca importância de Roraima no contexto da Amazônia e conseqüentemente do Brasil.

A questão da mineração em Roraima

A questão mineral em Roraima se traduz em “questão garimpeira”, ou seja, em garimpos em áreas indígenas, em conflitos com os países limítrofes e num acelerado processo de crescimento do contingente populacional.

Desde a divulgação do Projeto Radam-Brasil, em 1975, revelando a existência de minerais estratégicos em áreas yanomami, garimpeiros tentam explorar esta área. Ainda em 1975, durante oito meses, os garimpeiros exerceram intensivamente a atividade de mineração para a extração de cassiterita. Depois foram retirados da área pela Polícia Federal.

Novamente, em fevereiro de 1985, um grupo de mais de 400 garimpeiros, liderados por José Altino Machado invadiu a Serra do Surucucu, localizada em área indígena yanomami. Este movimento foi denominado de "Operação Surucucu" e contou com o apoio de fazendeiros e políticos da região⁶, além de ter sido financiada por "donos de garimpos" do rio Tapajós⁷. O objetivo central da "Operação" era criar um "grande problema social para que o próximo Presidente da República, Tancredo Neves, não [tivesse] condições de retirar os garimpeiros", numa tentativa de imitar o ocorrido em Serra Pelada (A CRÍTICA; 13/02/85).

Apesar da prisão do líder "Zé Altino" e da apreensão dos aviões e equipamentos, o movimento não parou e a invasão à área intensificou-se em 1987.

⁶ Segundo denúncias do então deputado Mozarildo Cavalcanti que denunciou o envolvimento do ex-Governador Ottomar de Souza Pinto e a vereadora Lourdes Pinheiro, cuja propriedade na região de Mucajaí serviu de base à "operação"(Jornal do Comércio; Manaus,16/02/86). O CIMI publicou nota denunciando o envolvimento do deputado federal João Batista Fagundes e do Diretor - presidente da Gold Amazon, empresa de mineração ligada ao grupo Parapanema, Tomé Mestrinho irmão do ex-governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho.

⁷ Em seminário organizado pela Associação Comercial de Roraima para debater o tema "A problemática da exploração mineral em Roraima, o Sr. José Altino Machado entre outras coisas diz que "a[isic] caixa da "Operação Surucucu" é forte e pode chegar a Cr\$ 1 bilhão de cruzeiros mensais, sendo mantido por garimpeiros de oito garimpos do rio Tapajós (O RORAIMA; Boa Vista:21/04/85).

Nesta data os garimpeiros já somavam 25.000⁸. Em meio às operações de retiradas de garimpeiros da área yanomami por policiais federais e em meio às denúncias de conflitos entre índios e garimpeiros, o governador de Roraima, o Sr. Romero Jucá, apresentou o "Projeto Meridiano 62" que chegou a ser aprovado pelo Ministério de Minas e Energia. A finalidade deste projeto consistia, dentre outras, em "preparar as condições básicas estruturais à consecução dessa meta de governo, ou seja, a criação de um pólo minero-metalúrgico basicamente orientado ao mercado externo" (RORAIMA;1989:9). O projeto propunha a transferência para o governo estadual de todos os títulos de requerimentos e alvarás de pesquisa, bem como o bloqueio da área para novos pedidos de requerimentos (RORAIMA; 1989:11).

Este projeto tornava evidente a defesa e prioridade do governo do estado à grande mineração. Como forma de "conduzir o desenvolvimento harmônico da região", o governo propunha ainda no "Projeto Meridiano 62" a criação de reservas garimpeiras em áreas de maior concentração de garimpeiros, permitindo a atividade por dois anos. A atividade garimpeira marcaria "sua prioridade na Floresta Nacional de Roraima, naquelas áreas onde atualmente se desenvolve[sic]" (RORAIMA; 1989:11). Após esse prazo, a grande mineração assumiria a atividade de exploração mineral.

Esta medida foi ovacionada por quase todos os interessados na mineração. Desde as grandes mineradoras, comerciantes, empresários, até os garimpeiros que aclamaram em praça pública o governador Romero Jucá como o "salvador dos garimpeiros"⁹. Assim, o governador de Roraima conseguiria atender de uma só vez os interesses das mineradoras e dos garimpeiros, à medida que criava as reservas garimpeiras de Santa Rosa, Tepequém, Surucucu e Catrimani/Couto de Magalhães dentro do Parque Indígena Yanomami.

No entanto, as fortes pressões de organismos e governos internacionais fizeram com que o governo federal não chegasse a aprovar este Projeto. Em 1996, o ex-governador e atual senador Romero Jucá apresentou no Congresso Nacional um projeto de Lei regularizando a atividade mineral em áreas indígenas, projeto esse que foi aprovado pelo Senado Federal. Neste projeto, a grande empresa de mineração é a única com permissão para exercer esta atividade.

Os diversos atores sociais e a mineração em Roraima

Os atores sociais tratados aqui referem-se a todos aqueles que têm as atividades de mineração como o centro dos seus interesses ou que se relacionam

⁸ As informações sobre a quantidade de garimpeiros na área variam: Para a Funai e a Igreja eram 25.000 em 1987, 30.000 em 1988 e 40.000 em 1989, segundo o DNPM.

⁹ Este fato ocorreu numa manifestação pública no centro de Boa Vista, onde os garimpeiros espalhavam faixas e cartazes com esses *slogans* e outras frases de apoio ao governador.

Magalhães; Federação do Comércio (FECOR), o presidente é o ex-vice governador e empresário Airton Dias. Todas essas entidades defendem a liberação da garimpagem em áreas indígenas.

Grupos políticos – são os parlamentares, ex-parlamentares, políticos e autoridades locais. Os que se destacam por sua atuação ofensiva são: o *senador Romero Jucá*, ex-dirigente da FUNAI (1987), ex-governador (1988/89), autor do "Projeto Meridiano 62 (1987)" que criava reservas garimpeiras em áreas indígenas e do Projeto de Lei que regulamenta os Artigos, 176 e 231 da Constituição Federal; *senadora Marluce Pinto*, ex-primeira dama (1983-86), relatora do Projeto de Lei de autoria do *senador João França* que regulamenta o Artigo 231 da Constituição Federal; deputados federais - *Salomão Cruz*, um dos parlamentares mais atuante na questão da mineração em Roraima, ex-diretor do DNPM-RR e relator da proposta de emenda à Constituição no. 133-A de autoria do Deputado Nicias Ribeiro- PA, que modifica o Artigo 231 da Constituição Federal, suprimindo a competência do Congresso Nacional para autorizar a exploração econômica em áreas indígenas e introduzindo a necessidade de audiência nos estados no processo de demarcação das áreas indígenas; *Elton Ronhelt*, ex-diretor da CODESAIMA e da Companhia de Energia de Roraima(CER), proprietário da empresa Gold Amazon associada à Paranapanema;

Igrejas e missões religiosas – *Igreja Católica*, que defende a manutenção e a demarcação das áreas indígenas em áreas contínuas e o cumprimento da Constituição. Exerce atividade de apoio à organização dos índios; *Missão Evangélica da Amazônia (MEVA)*- atua junto aos índios e defende a demarcação das áreas indígenas, mas não em área contínua, diferentemente da Igreja Católica. Presta assistência médica aos índios.

Empresas mineradoras e comerciais – são todas as empresas constituídas legalmente como tais, ou empresas constituídas para a comercialização do minério, tais como: casas de compra e venda de minérios e diamantes.

Organizações não-governamentais – Comissão para a Criação do Parque Yanomami-CCPY; Médicos sem Fronteira e Médicos do Mundo.

Há entre os diversos atores sociais apresentados uma multiplicidade de interesses. Porém, há situações em que apesar dos conflitos, varios grupos unem-se em favor de determinadas causas que incluem geralmente a defesa ou conquista de territórios.

A escala de atuação de cada ator social é variada. Há atores como a OPIR, de atuação localizada, portanto mais restrita. Há atores como os grupos políticos, entidades organizativas dos garimpeiros e do empresariado em geral que articulam o local/estadual com o regional e o nacional. Mas há outros como as organizações não-governamentais e igrejas que são bem sucedidas em articularem o local diretamente com o internacional.

Os atores sociais que defendem a mineração em Roraima articulam-se em nível de Congresso Nacional e com poder federal para modificação da legislação, principalmente, em relação à questão da demarcação das áreas indígenas e da exploração da atividade de mineração nestas áreas.

Os governos municipal, estadual e federal são pressionados pelos mais variados agentes sociais podendo encampar interesses diversos, dependendo da correlação de força na escala de suas atuações. Os governos municipal e estadual tendem a ser capturados pelos agentes sociais mais poderosos, exercendo gestões não democráticas dos seus domínios. Todavia, face à dependência ainda expressiva da União, estes governos tornam-se subjugados às decisões dos atores sociais e políticos federais. Estes últimos, por sua vez, sofrem pressões tanto de atores locais, estaduais e regionais quanto de atores políticos e financeiros externos ao país. Isto explica, por exemplo, suas ações contraditórias com a desterritorialização de um mesmo grupo social. Este fato pode ser ilustrado pelas inúmeras ações contraditórias do Exército, da Polícia Federal, da FUNAI e Ministério da Justiça para citar alguns, nos conflitos entre índios, garimpeiros, fazendeiros e empresários.

Quanto a demarcação das áreas indígenas não há um consenso entre os representantes indígenas e seus defensores. Há um grupo majoritário que defende a demarcação das terras indígenas em áreas contínuas (CIR, OPIR). Estes grupos recebem o apoio da Igreja Católica e organizações não-governamentais. Há outro grupo que defende a demarcação das áreas indígenas em forma de "ilhas" (ARICON) e recebem o apoio da Missão Evangélica da Amazônia (MEVA).

Os atores sociais que advogam a favor da demarcação das áreas indígenas defendem a territorialização dos índios, mas nem todos são contrários à exploração mineral em áreas indígenas. Advogam também o direito de decisão dos povos indígenas sobre a forma de utilização e exploração dos recursos minerais. Este grupo de atores sociais articulam-se predominantemente com grupos de pressão externo ao País e ao estado.

Esta problemática da mineração tem sido o pano de fundo do desencadeamento dos conflitos em Roraima, nos últimos 20 anos. Tais conflitos refletem a luta pelo espaço envolvendo habitantes locais e migrantes (agricultores, garimpeiros, fazendeiros e mesmo empresários). Dentre os empresários estão os que residem no estado ou em outras áreas da Amazônia e empresários extra-regionais. Portanto, a compreensão destes conflitos implica na análise da sociedade local e da totalidade amazônica. Realidade que apresenta Roraima como uma fronteira, ou seja, "como um espaço não plenamente estruturado, gerador de realidades novas e dotada de elevado potencial político" (BECKER;1988:67). Dentre esse novo potencial político configura-se um Estado que tem sua especificidade nas múltiplas fronteiras: geográfica, demográfica, econômica e étnica.

Além disto, possui uma cultura de colonização centrada na atividade de pecuária, uma relação histórica e econômica muito forte com a atividade de garimpagem. A garimpagem deixou marcas culturais não desprezíveis no estado. Pode-se atualmente falar de uma cultura garimpeira relevante na sociedade roraimense, assim como em outras áreas da Amazônia, como do Tapajós e no sudeste do Pará, nas vizinhanças de Serra Pelada. Tudo isto traduz hoje a realidade do estado de Roraima, que só poderá ser compreendida a partir de uma análise da atividade de mineração enquanto um fenômeno social, que se manifesta nos embates e na correlação de força dos diversos grupos sociais para garantir ou conquistar o “lugar”. Esta concepção da mineração enquanto fenômeno social se constitui na chave para explicar o significado político dos conflitos sociais e, conseqüentemente, a realidade roraimense.

Referência bibliográfica

- ABERS, Rebeca. LOURENÇO, Alberto. Gold, geopolitics and hyperurbanization in the Brazilian Amazon: The case of Boa Vista, Roraima, In: FADDA, Giulietta (ed.) **La Urbe latinoamericana ante el nuevo Milenio**. Caracas: Fondo Editorial Acta Científica Venezolana, 1991.
- ALBERT, Bruce. Terras Indígenas, política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia: a propósito do caso Yanomami. In: LÉNA, Philippe, OLIVEIRA, Adélia(orgs). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*, Belém: CEJUP/MPEG, 1992. p. 37-58.
- ANDRADE, Manuel Correia. Territorialidade, desterritorialidades, novas territorialidades: Os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton et. alii (orgs). **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. p213-220.
- BECKER, B. K. Significância Contemporânea da Fronteira: Uma interpretação Geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: AUBERTIN, Catherine (org). **Fronteiras**. Brasília: Editora da UNB, 1988. p.60-89.
- _____. Os significados da Defesa da Amazônia: Projeto Geopolítico ou Fronteira Tecno(eco)lógica para o século XXI? *Antropologia e Indigenismo*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, n. 1, p.99-108, 1990.
- _____. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- _____. Gestão do território e territorialidade na Amazônia. In: LENA, Phillippe, OLIVEIRA, Adélia. **Amazônia: Fronteira agrícola, 20 anos depois**. Belém: CEJUP/MPEGI, 1991. P. 333-350.
- _____. **Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- _____. MIRANDA, M, MACHADO, L. O. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do Território**. Brasília: UNB/UFRJ,1990.

- BRASIL. Ministério do Interior. SUDAM. Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia. **POLAMAZÔNIA-RORAIMA**. Belém: Sudam, 1976.
- _____. CÂMARA dos Deputados. **Requerimento do Deputado Avenir Rosa solicitando instalação de CPI para verificar a existência de Missões Estrangeiras**. Brasília: 1991.
- CÂMARA instalará CPI sobre internacionalização da Amazônia. **Correio Braziliense**. Brasília, maio. 1991. Caderno.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Em Defesa do Povo Yanomami**. Brasília: CIMI. São Paulo: CEDI/CONAGE, 1988.
- COELHO, Maria Célia N. **A CVRD e a (Re) Estruturação do espaço geográfico na área de Carajás (Pará)**. Belém: 1994. (mimeo).
- _____. **O mundo Amazônico**. Belém: 1996. (mimeo).
- _____. N. COTA, Raymundo G. **Desenvolvimento e Meio ambiente: Um arcabouço teórico para o estudo da Amazônia**. Belém, 1990. (mimeo).
- IGREJA CATÓLICA. Arquidiocese de Roraima. Movimento pela não internacionalização de Roraima rasga a Constituição brasileira. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 31 de Janeiro, 1991.
- IGREJA CATÓLICA. Arquidiocese de Roraima. Movimento pela não internacionalização de Roraima rasga a Constituição brasileira. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 31 de Janeiro, 1991.
- FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: ANPOCS, 1991. 197p.
- GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Rio Branco**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- INTERNACIONALIZAÇÃO de Roraima: empresários e agropecuaristas se manifestam. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista: 24.jan., 1991.